

Senhores egressos da escravidão na Serra da Mantiqueira: caminhos para mobilidade social (Minas Gerais, século XIX)

Lords of slavery in Serra da Mantiqueira: paths for social mobility (Minas Gerais, 19th century)

Ana Paula Bôscaro*

Resumo: Ao longo do oitocentos, as áreas de sertão em Minas Gerais constituíram-se como espaços propícios à fixação de homens e mulheres egressos da escravidão e seus descendentes. Afastadas dos principais núcleos mineiros do século XIX, mas próximas às estradas de escoamento de mercadorias e com abundância de terras livres, figuravam-se como uma boa oportunidade, tanto para os indivíduos mais pobres quanto para os grandes proprietários que para lá se dirigiram. Na Serra da Mantiqueira, egressos do cativeiro se fixaram e estabeleceram relações familiares, de amizade e dependência, reproduzindo por meio de suas “estratégias” e vivências, as estruturas da sociedade escravista de outrora. No presente trabalho, para além de apresentar os aspectos sociodemográficos da localidade, centraremos nossa atenção em sujeitos históricos pouco conhecidos, tentando dar visibilidade àqueles menos estudados: os pequenos proprietários oriundos da escravidão.

Palavras-chave: Egressos do cativeiro; Serra da Mantiqueira; Século XIX.

Abstract: Throughout the nineteenth century, the sertão areas in Minas Gerais constituted like spaces favorable to the fixation of men and women egresses of slavery and their descendants. Departing from the main mining nuclei of the nineteenth century, but close to freight roads and with plenty of free land, they appeared as a good opportunity for both the poorest individuals and the large landowners who headed there. In the Serra da Mantiqueira, exiles from captivity settled and established family relations, friendship and dependence, reproducing through their "strategies" and experiences, the structures of the slave society of the past. In the present work, besides presenting the sociodemographic

* Professora do Centro Cultural Brasil Angola (CCBA), Luanda, Angola. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG-HIS/ UFJF). E-mail para contato: anapaulaboscaro@gmail.com

aspects of the locality, we will focus our attention on little known historical subjects, trying to give visibility to those less studied: the small owners from slavery.

Keywords: Exiles from the captivity; Serra da Mantiqueira; XIX century.

Apesar das lacunas existentes nos estudos sobre o período escravista no Brasil, abundam pesquisas sobre a história da escravidão. Ainda assim, pouco conhecemos sobre a experiência de vida e liberdade de egressos do cativo e seus descendentes (CHALHOUB, 2010). Conquistar a liberdade não era um processo fácil, e grande parte da população cativa do país permaneceu sob a condição de cativo até o final de suas vidas. Mas, a despeito dos milhares de homens e mulheres que nunca chegaram a conhecer a liberdade, outros tantos pleitearam e/ou conquistaram a emancipação.

Estudos apontam que já no século XVIII, no Brasil, a população egressa do cativo era superior ao contingente de escravizados. Nem mesmo a entrada massiva de cativos africanos que ocorreu no Sudeste brasileiro nas primeiras décadas do oitocentos, amenizou o crescimento deste grupo populacional. Minas Gerais concentrou a maior população de mancipios e a segunda maior população de homens e mulheres de antepassado cativo do país, fazendo com que este segmento, considerando libertos e nascidos livres não brancos, fosse preponderante na região desde a primeira metade do século XIX (LIBBY & PAIVA, 2000).

Desde os primórdios dos setecentos, a capitania mineira recebeu milhares de aventureiros e imigrantes portugueses que ocuparam rapidamente as áreas mais estratégicas da região. Para os libertos e seus descendentes, distanciar-se das áreas urbanas e mais populosas figurava-se como uma boa alternativa. Motivados a ocupar terras devolutas, manusearam a mobilidade espacial que possuíam e encontraram melhores condições para a fixação em áreas de sertão, no interior das Gerais. Assim era a Serra da Mantiqueira, local propício à entrada e estabelecimento de diversos segmentos sociais (OLIVEIRA, 2016; BÔSCARO, 2018). Aqui, para além de apresentar os aspectos sociodemográficos da localidade, centramos nossa atenção em sujeitos históricos pouco conhecidos, tentando dar visibilidade àqueles menos estudados: os pequenos proprietários egressos da escravidão. Na medida do possível, dada a ausência de fontes e problemas inerentes à documentação ao se trabalhar com esta parcela da população, buscamos abordar estes senhores de terras e escravizados não somente do ponto de vista das estruturas agrárias, mas também de suas relações sociais, familiares e comunitárias.

A Serra da Mantiqueira: áreas proibidas abertas à ocupação

Em finais do século XVII, a descoberta do ouro em Minas Gerais atraiu o afluxo de milhares de pessoas. A capitania foi povoada de forma rápida, em meio a um processo de ocupação marcado pela desordem e insegurança. Nos caminhos usados para se chegar às Gerais (IVO, 2012), saques de ouro e mercadorias eram constantes, prejudicando não somente os viajantes, mas os próprios interesses da Coroa. Em 1720, com intuito de coibir os frequentes contrabandos, a abertura de desvios ao longo do Caminho Novo foi proibida, de modo que apenas os caminhos ditos “oficiais” passaram a ser utilizados. Trilhas e logradouros foram vetados, e juntos receberam a denominação de “áreas proibidas” (RODRIGUES, 2003, p. 257). Tais áreas correspondiam aos sertões do leste (atual Zona da Mata mineira) e da Mantiqueira (atual região das Vertentes), perfazendo a maior parte da jurisdição da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca do Rio das Velhas (OLIVEIRA, 2012).

Nestes espaços, a construção de sítios volantes e o trânsito de homens dispersos sem ocupação definitiva foram desautorizados pela Coroa, que apenas permitia a fixação de sesmeiros. À revelia das proibições, que se estenderam durante todo o ano de 1755, sertanistas, fazendeiros e comerciantes continuaram a se aventurar nessas paragens, ocupando, aos poucos, as ditas “áreas proibidas” (OLIVEIRA, 2012, p. 103). Para garantir a fiscalização, registros foram construídos nas proximidades do Caminho Novo, e passaram a controlar o fluxo de pessoas, mercadorias e escravizados ao longo do trajeto.

O registro da Borda do Campo, que deu origem a freguesia de mesmo nome, futura cidade de Barbacena, foi o primeiro posto de controle instituído, e logo se tornou ponto de parada obrigatório para todos àqueles que percorriam os caminhos “não oficiais” da capitania (OLIVEIRA, 1999, p. 95). O nome “Borda do Campo” foi atribuído a toda a região do alto da Serra da Mantiqueira, local em que várias localidades se formaram ao longo do tempo.

Descobertas no bojo das ocupações gerais da região mineira, isto é, ainda no contexto dos primeiros descobertos auríferos, as localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Santana do Garambéu, São Domingos da Bocaina e Ibertioga, na Serra da Mantiqueira, atravessaram quase todo século XVIII com dificuldades de ocupação. Afastadas dos principais núcleos mineradores do século XVIII¹, estas localidades caracterizaram-se, inicialmente, pela ausência de um corpo político

¹ Sobre os principais núcleos mineradores do século XVIII, ver: ANTONIL, 1982.

administrativo e eficaz. A presença de fronteiras abertas e em constante amplitude de suas extensões facilitou a inserção de indivíduos livres e cativos na região, e ainda que o primeiro registro de batismo tenha sido documentado no ano de 1708, sua efetiva ocupação somente se deu em finais dos setecentos (OLIVEIRA, 2012, p. 102).

No momento em que a produção aurífera começou a declinar e as atividades agropecuárias se tornaram mais atrativas, áreas até então pouco povoadas da capitania se transformaram no destino final daqueles que pretendiam se dedicar a produção de alimentos e a criação de animais. Nesta conjuntura, locais que detinham terras livres em abundância se tornaram mais valorizados, de forma que entre os anos de 1740 e 1770 o governo promoveu a doação de centenas de sesmarias. Tais concessões estimularam a abertura de picadas e trilhas volantes entre as propriedades da Serra da Mantiqueira, ampliando seus limites e as linhas de comunicação antes inexistentes (OLIVEIRA, 2012, p. 103).

Como consequência, em finais do século XVIII, a Serra da Mantiqueira recebeu dezenas de emigrantes portugueses originários dos Açores e da Madeira, mas também da região do Minho, noroeste de Portugal e arcebispado de Viana e Braga. Assim como os estrangeiros, nacionais paulistas e fluminenses provenientes de Parati, Pindamonhangaba e Taubaté, estimulados pelo livre acesso à terra e a ausência de uma fiscalização mais rígida por parte das autoridades, não hesitaram em seguir para os sertões da Mantiqueira (OLIVEIRA, 2012, p.103).

Aclaramos, contudo, que paralelo a este processo formal de doações de sesmarias, homens e mulheres menos abastados e dispostos a arrendar terras para produção agropastoril em menor escala, ou mesmo em se estabelecer em pequenas roças com suas famílias também se fixaram na região. Ademais, como destacou Mônica Ribeiro de Oliveira (OLIVEIRA, 2012, p. 103), a possibilidade de se tornar senhor de terras e de homens em localidades mais afastadas, mas próxima às estradas de escoamento de mercadorias, figurava-se como uma boa oportunidade, tanto para os mais pobres quanto para os grandes proprietários de terra que para lá se dirigiram.

As listas nominativas de habitantes² para o ano de 1831 apontam para a formação de uma sociedade bastante heterogênea, marcada pela presença de indivíduos livres e escravizados. Dentre os primeiros, verificamos a participação de africanos/pretos forros,

² Para não sobrecarregar o texto com notas, o site no qual as listas nominativas encontram-se disponíveis será indicado no final do trabalho.

pardos, crioulos e mestiços, conforme termos que aparecem na própria fonte³, e que no ano em questão responderam por 45,8% da população local.

Tabela 1: Indivíduos brancos e egressos do cativoiro – Serra da Mantiqueira (1831)⁴

LOCALIDADES	BRANCOS LIVRES		EGRESSOS DO CATIVEIRO		TOTAL (Por localidade)
N.S. da Conceição de Ibitipoca	363	52,5%	328	47,5%	691
Santa Rita do Ibitipoca	384	58,9%	268	41,1%	652
Santana do Garambéu	207	40,3%	307	59,7%	514
São Domingos da Bocaina	320	76,2%	100	23,8%	420
Ibertioga	184	44,5%	229	55,5%	413
TOTAL (Geral)	1.458	54,2%	1.232	45,8%	2.690

Fonte: BÔSCARO, 2018, p. 66.

São Domingos da Bocaina concentrou a maior proporção de indivíduos brancos livres (76,2%), cujo predomínio pode ser notado também nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca e Santa Rita do Ibitipoca, com 52,5% e 58,9% respectivamente. Em contraste temos Santana do Garambéu e Ibertioga, locais em que os oriundos da escravidão representaram 59,7% e 55,5% da população local, fazendo-se por isso, preponderantes (Tabela 1).

Não obstante as especificidades dos núcleos analisados, a compleição de homens e mulheres egressos do cativoiro foi uma constante. A Serra da Mantiqueira, desde o final do século XVIII, foi local propício para o estabelecimento desta parcela da população. Mesmo se tratando de áreas mais afastadas e, em alguns casos, ainda não desbravadas, ex-cativos e seus descendentes vislumbraram naqueles locais a possibilidade de praticar uma produção autônoma e de se fixarem longe dos domínios senhoriais, partindo em busca de melhores oportunidades. Ao analisar a freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro do século XVIII, Sheila de Castro Faria constatou que esta parcela da população

³ Na *corpora* documental consultada, não raras vezes encontramos a cor/qualidade “mestiço” associada a condição de livre.

⁴ Nas listas nominativas de habitantes para o ano de 1831, indivíduos na condição de livres foram designados como “brancos”, “pardos”, “africanos/pretos forros”, “crioulos” e “mestiços”.

permanecia por muito pouco tempo em um mesmo lugar. E não só isso. Quando tinham oportunidade, se voltavam para áreas de fronteira aberta, locais onde o acesso à terra e a posse de escravizados lhes eram mais exequíveis (FARIA, 1998).

Dentre a população egressa do cativeiro presente na Serra da Mantiqueira, saltam aos olhos os designados como “pardos” pelas listas nominativas de habitantes (77,3%), mas também o número de africanos forros. Estes indivíduos corresponderam a 6,6% da população egressa do cativeiro, muito dos quais, chefes de domicílio (Tabela 2). Este foi o caso de Jeremias, “africano/preto forro” que vivia no fogo de número 27 na localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca. Aos 50 anos de idade, em 1831, Jeremias era casado com Mariana, também “africana/preta forra” de 40 anos. O casal aparentemente não possuía filhos, e se os tinha, com eles já não viviam no ano em que o censo foi elaborado. O caso de Antônio e Suzana é análogo. “Africanos/pretos forros” de 60 e 50 anos de idade, respectivamente, viviam a poucos fogos de distância de Jeremias. Residia na propriedade junto ao casal a filha Caetana, crioula livre de 30 anos de idade, provavelmente solteira. No ano em questão, nenhum deles assenhorava cativos⁵.

“Africanos/pretos forros” e “crioulos livres” foram encontrados como chefes de domicílio nas cinco localidades analisadas. Apareceram com maior frequência, porém, em Santana do Garambéu (14,7%) (Tabela 2), localidade na qual o número de indivíduos pardos, africanos, crioulos e mestiços superava em muito o de brancos (Tabela 1). Lá, encontrava-se Luis Rodrigues de Souza, “crioulo livre” de 42 anos de idade, casado com Maria Joaquina de Souza, “africana/preta forra” que possuía quatro anos a mais que o cônjuge. Habitando o fogo de número 40, ocupavam-se de lavrar a terra e fiar tecidos grosseiros, sem ajuda de cativos ou agregados. A princípio, ponderamos que não tivessem filhos, mas, vivendo ao lado do fogo dos pais encontramos Miguel Rodrigues de Souza, “africano/preto forro” de 20 anos de idade. Miguel também era lavrador, e casado com Francisca Joaquina, “crioula livre”, fiadeira, de 16 anos, tivera sua primeira filha, a “crioulinha” Mariana, de apenas um ano de idade. Na mesma propriedade vivia Maria, crioula solteira de 12 anos que exercia ocupação de fiadeira. Maria não fora descrita como escrava, mas também não recebera a designação de livre. Seja como for, a julgar pela idade, certamente não era filha do casal, e caso não fosse cativa, podia aparentada ou mesmo agregada da propriedade⁶.

⁵ Lista nominativa de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, 1831.

⁶ Lista nominativa de Santana do Garambéu, 1831.

Tabela 2: Indivíduos egressos do cativeiro - Serra da Mantiqueira (1831)

LOCALIDADES	AFRICANOS	CRIoulos	PARDOS	MESTIÇOS	TOTAL (Por localidade)
N.S.da Conceição de Ibitipoca	9 2,7%	41 12,5%	261 79,6%	17 5,2%	328
Santa Rita do Ibitipoca	11 4,2%	32 11,9%	225 83,9%	- -	268
Santana do Garambéu	45 14,7%	75 24,4%	187 60,9%	- -	307
São Domingos da Bocaina	2 2,0%	6 6,0%	92 92,0%	- -	100
Ibertioga	15 6,6%	27 11,8%	187 81,6%	- -	229
TOTAL (Geral)	82 6,6%	181 14,7%	952 77,3%	17 1,4%	1.232

Fonte: BÔSCARO, 2018, p. 69.

Em 1831, nenhum dos domicílios chefiado por “africanos-pretos forros” contavam com o auxílio da mão de obra escrava. Segundo o censo, Joana Maria e Arnaldo Pereira eram dos poucos “crioulos livres” que possuíam cativos. A primeira, “crioula livre” de 40 anos de idade, vivia em Santana do Garambéu. Casada, Joana ocupava-se de rendar, mas com o marido ausente⁷ gerenciava a propriedade e os afazeres de seus três cativos, Maria, Ana e Guerino. A cativa Maria, africana solteira de 30 anos, era, provavelmente, mãe de Ana e Guerino, ambos crioulos e ainda infantes⁸. Arnaldo Pereira, por sua vez, “crioulo forro” que vivia em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, era casado com Joana Fernandes, também “crioula forra” de 50 anos de idade. O casal detinha posse sob Caetano, “africano/preto” solteiro de 30 anos⁹.

Mas, na Serra da Mantiqueira, a ausência do elemento cativo não foi prerrogativa apenas destes indivíduos. O não ser proprietário de escravizados foi comum a maior parte da população, egressa do cativeiro, ou não. Nesta região, 57% dos fogos não possuíam mão de obra mancipia, e os que contavam com esta força de trabalho, 43%, portavam, mormente, pequenas escravarias (24%) (Gráfico 1). Ao analisar os mapas populacionais da província de

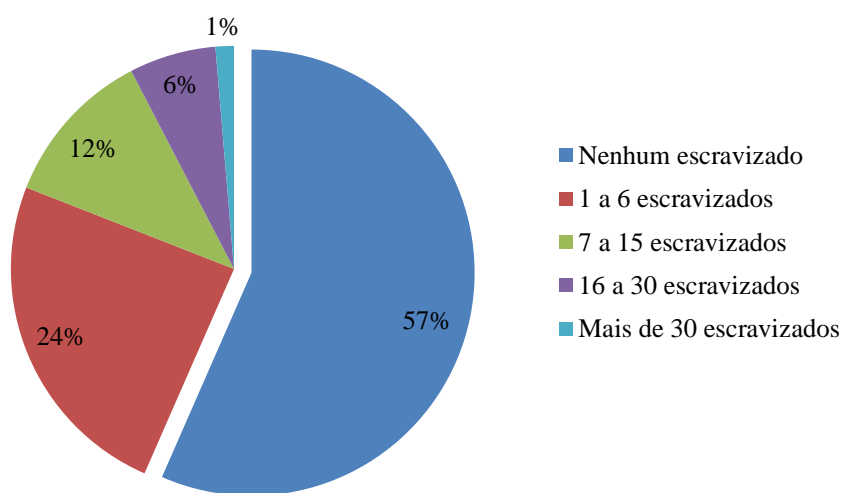
⁷ Sobre a atuação de mulheres chefes de domicílio com o marido ausente, ver SAMARA, 1990, p. 175.

⁸ Lista nominativa de Santana do Garambéu, 1831.

⁹ Lista nominativa de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, 1831.

Minas Gerais, em meados do século XIX, Douglas Libby constatou que dos 20.000 domicílios levantados em sua amostra, 66,7% não possuíam cativos (LIBBY, 1988). Resultados semelhantes foram apresentados por Herbert Klein e Clotilde Paiva que, ao analisarem os municípios de Campanha e Sabará, Minas Gerais, em 1831, perceberam que 70% dos fogos locais eram sustentados apenas pelo trabalho familiar (KLEIN & PAIVA, 1997). Da mesma forma, por meio de dados existentes para as áreas paulista e mineira, no final do século XVIII e início do XIX, Iraci da Costa ressaltou a preponderância dos não proprietários de escravizados (COSTA, 1992). Para Carla Almeida, o elevado número de propriedades sem escravizados evidencia, sobretudo, a importância que a mão de obra familiar exerceu na capitania/província mineira (ALMEIDA, 2001), que a despeito de ser a maior província escravista do século XIX, conjugava ambas as formas de trabalho.

Gráfico 1: Estrutura de posse cativa - Serra da Mantiqueira (1831)



Fonte: Listas nominativas de 1831, Serra da Mantiqueira.

Embora não tivesse o grosso de suas lavouras voltadas para o mercado externo e a maior parte dos domicílios fossem sustentados pelo trabalho familiar, a Serra da Mantiqueira dependia largamente da mão de obra cativa, força de trabalho utilizada na lavoura de alimentos e exportação. Nesta sociedade, aliás, como na maior parte das localidades que compunham a capitania/província mineira, o a mão de obra familiar não excluía ou dirimia a importância do trabalho cativo. Eram em antes, complementares.

Minas Gerais, desde a descoberta do ouro e a conseqüente exploração desta riqueza mineral, tornara-se uma das “margens do Oceano Atlântico”, indissolúvelmente ligada ao comércio transatlântico de escravizados. O elevado número de escravizados africanos que se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Santana do Garambéu, São Domingos da Bocaina e Ibertioga, na primeira metade do século XIX, demonstra a importância e a dimensão do comércio interno de cativos¹⁰, a chamada “terceira perna do tráfico” (MARTINS, 2018, p. 419), capaz de suprir a demanda das áreas mais longínquas e situadas em meio ao encadeamento de montanhas das Gerais.

Tabela 3: Origem da população cativa – Serra da Mantiqueira (1831)

LOCALIDADES	Africanos	Crioulos	Pardos	Mestiços	TOTAL (Por localidade)
N.S. Conceição de Ibitipoca	217 49,6%	207 47,3%	12 2,7%	2 0,4%	438 21,2%
Santa Rita do Ibitipoca	247 39,2%	324 51,8%	57 9,0%	- -	628 30,5%
Santana do Garambéu	141 49,1%	134 46,7%	12 4,2%	- -	287 14,0%
São Domingos da Bocaina	81 26,5%	170 55,5%	55 18%	- -	306 14,8%
Ibertioga	179 44,4%	192 47,6%	32 8,0%	- -	403 19,5%
TOTAL (Geral)	865 41,9%	1.027 49,8%	168 8,2%	2 0,1%	2.062 100%

Fonte: BÔSCARO, 2018, p. 80. *

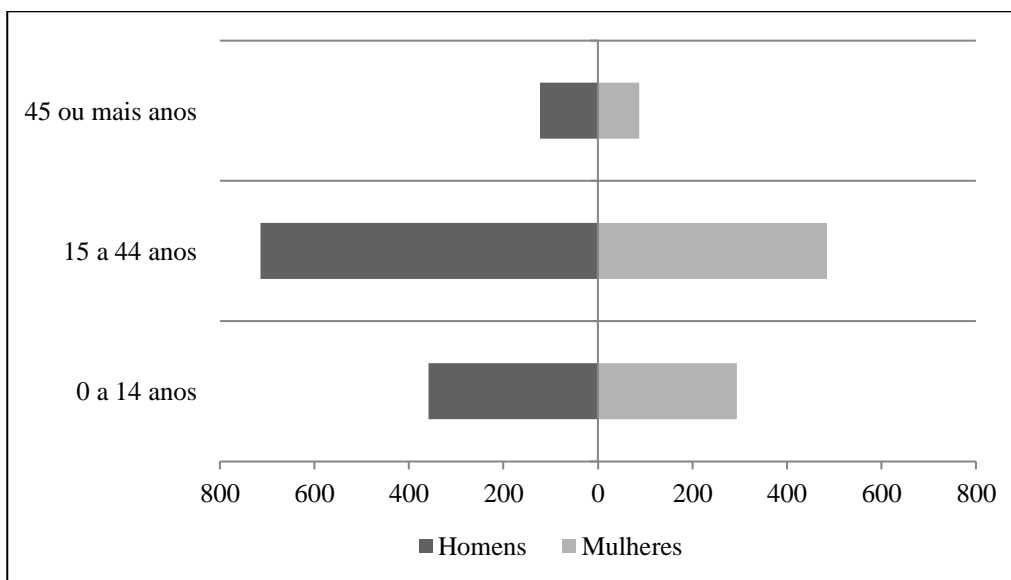
Santa Rita do Ibitipoca concentrou o maior contingente cativo da Serra da Mantiqueira (30,5%), maior parte dos quais, crioulos (51,8%). Em sequência aparecem os núcleos de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca (21,2%) e Ibertioga (19,5%), com proporções mais equivalentes entre nacionais (crioulos, pardos e mestiços) e africanos. De maneira geral, os números apresentados colocam-nos diante a uma sociedade dependente do tráfico, visto que 41,9% da população mancípia local fora proveniente deste comércio (Tabela 3).

¹⁰ Para maiores informações sobre comércio interno de cativos na primeira metade do século XIX, ver: FRAGOSO; FERREIRA, 2001a e 2001b. Para Minas Gerais, ver: PINHEIRO, 2007; IVO, 2012; Para São Paulo, ver: GUEDES; BÔSCARO, (No prelo); Para o Rio Grande do Sul, ver: BEIRUTE, 2006; 2012; Para a Bahia: RIBEIRO, 2006; 2007. Para Santa Catarina, ver: PASSOS, 2015.

É claro que a reprodução natural contribuiu para o crescimento da população cativa, mas o trato negro, e, principalmente o comércio interno de mancipios, tiveram papel fulcral no desenvolvimento dessas localidades. Se um dos principais efeitos do tráfico de escravizados na estrutura demográfica de uma sociedade era o desequilíbrio sexual a favor dos homens (SCHWARTZ, 2001, p. 286-290), e o elevado percentual de africanos jovens e adultos em idade produtiva indicia esta forma de comércio como uma das vertentes utilizadas para a reposição da mão de obra mancipia (FLORENTINO, 2002, p. 50-60), temos que a Serra da Mantiqueira, mesmo distante dos principais núcleos mineiros do século XIX, fazia parte das longas cadeias de caminhos pelas quais a escravidão no Sudoeste e Centro-Sul do Brasil se reproduzia.

Em 1831, dos africanos contabilizados pelo censo, 70% eram homens e apenas 30% mulheres. Entre os nacionais percebemos relativo equilíbrio sexual, com 51% de mulheres e 49% de homens. Em ambos, a faixa etária prevalente foi de 15 a 44 anos (57,9%). Crianças, aqui consideradas como mancipios de até 14 anos, somaram 31,9%, e idosos, com idade igual ou superior a 45 anos, perfizeram 10,2% da população escrava local (Gráfico 2)¹¹.

Gráfico 2: Pirâmide etária dos escravizados – Serra da Mantiqueira (1831)



Fonte: BÔSCARO, 2018, p. 84.

¹¹ Iraci Costa localiza a idade ativa entre 15 e 64 anos (COSTA, 1992); Carlos Bacellar, por sua vez, desloca essa faixa para 8 a 50 anos (BACELLAR, 2001, p. 148). Bergad fala em melhor idade útil para os escravizados entre 15 e 40 anos (BERGAD, 2004, p.222); Stuart Schwartz aponta essa faixa para entre 14 e 44 (SCHWARTZ, 1988, p. 127).

Na Serra da Mantiqueira, crianças nacionais somaram 84,5% dos cativos nesta faixa-etária. Nada desprezível foi, no entanto, o número de rebentos africanos: 102 cativos (15,5%). Embora forneça a quantidade de africanos desembarcados no Brasil para todo o período de 1791-1850, Manolo Florentino e Carlos Valencia Villa perceberam que o The Transatlantic Slave Trade Database: Voyages (TASTD) registra de modo sistemático as porcentagens de infantes entre eles¹². Assim, a fim de procederem à uma análise mais fidedigna dos dados, os autores aferiram o conjunto de navios negreiros que, destinados ao Brasil, foram capturados pelas forças navais inglesas e remetidos para a Comissão Mista de Serra Leoa no período de 1810 a 1850. Estabeleceram, para tanto, a congruência estatística entre a amostragem de Serra Leoa e o total de viagens, calculando as porcentagens de homens, mulheres, meninos e meninas de acordo com as regiões de desembarque (FLORENTINO; VALENCIA, 2016, p.5).

Os cálculos, executados especificamente para as importações realizadas pelas capitanias/províncias da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, demonstraram ínfima participação de crianças de ambos os sexos entre os africanos desembarcados nos decênios de 1791 a 1810, com índices que variavam de 0.2% a 4.5%. Para o período de 1811-1850, contudo, Florentino e Valencia constataram extraordinário aumento de infantes de ambos os sexos a bordo dos negreiros, em detrimento a participação de homens adultos para 1811-15 (c.27%), 1816-25 (c.37%), 1826-35 (c.48%), 1836-45 (c.59%) e 1846-50 (c.35%) (FLORENTINO; VALENCIA, 2016, p. 5).

Por meio de cartas enviadas pelos traficantes e amadores a seus capitães e representantes na África, os autores confirmaram a exigência por cativos jovens de ambos os sexos. Nelas, expressões como escravizados “novos”, “moleques”, “molecões”, “moleconas” e “molequinhos” foram recorrentes. Mesmo que não haja convergência em relação à faixa-etária dos mancípios, pelas cartas, supõe-se que cativos “novos”, “molecões” e “moleconas” eram aqueles com idades variáveis entre 12 e 18 anos; “moleques” provavelmente designavam crianças menores de 12 anos, de qualquer sexo; por lógica, “molequinhos” deveriam ser mais novos que “moleques”, talvez, equiparáveis as “crias de peito” e “crias de pé” (FLORENTINO; VALENCIA, 2016, p. 7).

Em síntese, pode-se dizer que os anseios da demanda brasileira por cativos jovens e adultos coaduna com o perfil dos mancípios encontrados na Serra da Mantiqueira, em 1831. Como bem se sabe, durante todo o século XVIII e até meados do século XIX, a mão de obra cativa, além dos ganhos produtivos, proporcionava ganhos sociais inestimáveis. Não foi à toa

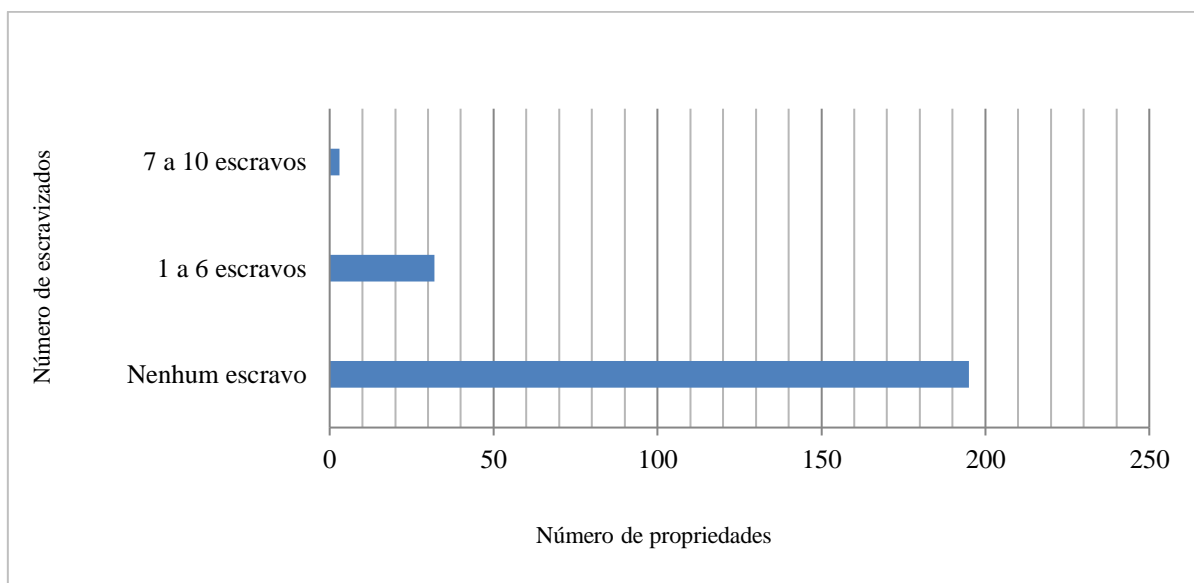
¹² Por crianças, o TASTD define os africanos menores de 12 anos de idade ou de altura inferior a 1.30m. Ver: MANOLO; VALENCIA, 2016.

que, mesmo nas unidades produtivas mais pobres, os investimentos resultantes do trabalho, apesar de pequenos, eram preferencialmente destinados à compra de escravizados (OLIVEIRA, 1999, p. 146-147). Isso não significa dizer, é claro, que todos os indivíduos pensavam ou agiam da mesma forma. A aquisição de cativos pode não ter sido a “estratégia” utilizada por muitos, que se valeram de outros meios para acumular riqueza e alcançar prestígio social. Aqui, todavia, interessa-nos os proprietários de cativos, em particular os senhores oriundos da escravidão que viviam nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Santana do Garambéu, São Domingos da Bocaina e Ibertioga, na primeira metade do século XIX. É o que veremos a seguir.

Senhores egressos da escravidão na Serra da Mantiqueira

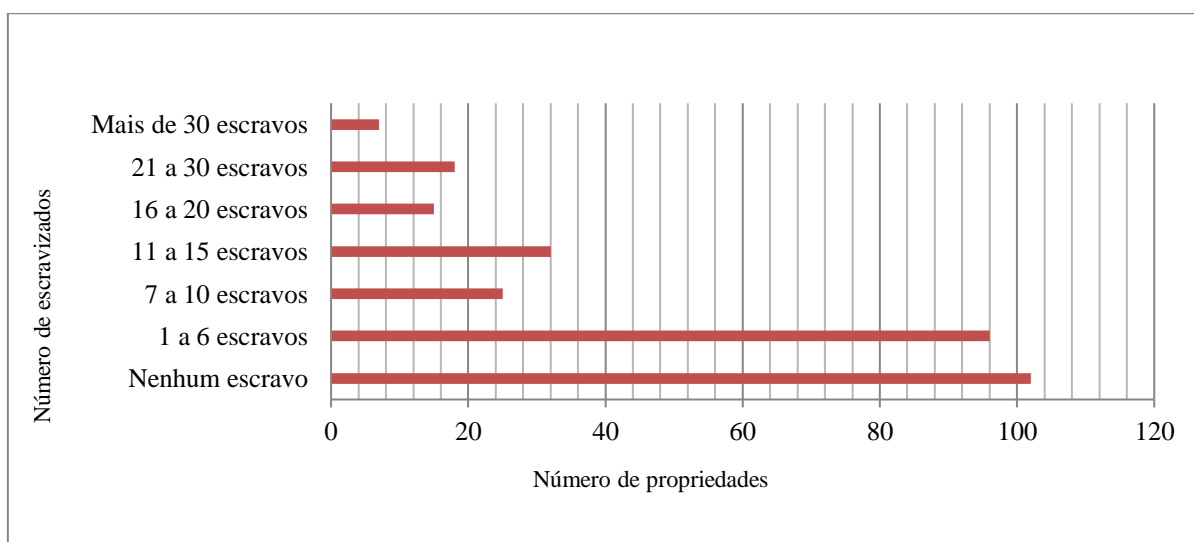
Como vimos, na Serra da Mantiqueira em 1831, livres egressos do cativeiro responderam por 45,8% da população local. No que concerne à estrutura de posse desses indivíduos, verificamos que 84,8% dos domicílios não possuíam escravizados. Os que assenhoravam ao menos um cativo somaram 15,2% do total, sendo-nos possível constatar o predomínio de propriedades que contavam com até seis mancípios (Gráfico 3). Excluindo-se os não proprietários, maioria em ambos os grupos, pode-se dizer que as faixas de posses trabalhadas não apresentaram diferenças significativas. Entre os proprietários brancos também observamos a supremacia de pequenas escravarias, isto é, não superior a seis cativos (Gráfico 4).

**Gráfico 3: Estrutura de posse dos proprietários egressos do cativoiro
– Serra da Mantiqueira (1831)**



Fonte: Listas nominativas de 1831, Serra da Mantiqueira.

**Gráfico 4: Estrutura de posse dos proprietários brancos
- Serra da Mantiqueira (1831)**



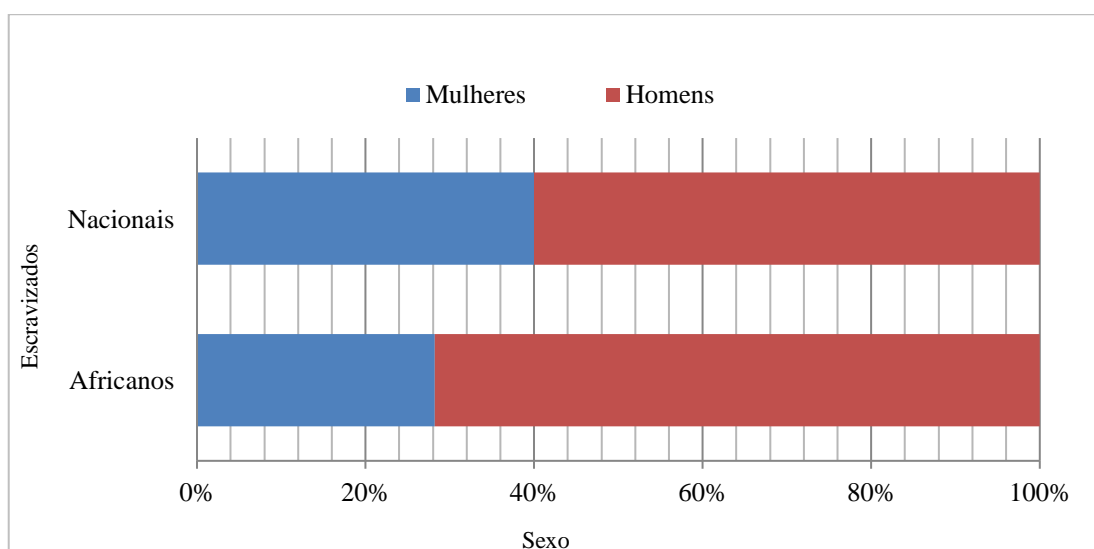
Fonte: Listas nominativas de 1831, Serra da Mantiqueira.

Que a grande maioria dos proprietários de cativos possuíam pequenas posses não é novidade. Embora fosse mais dispersa em áreas produtoras voltadas para o consumo interno, a verdade é que no Brasil, escravarias maiores de 50 cativos não eram a regra, nem

mesmo em regiões açucareiras e cafeicultoras. As mesmas existiam, é claro, mas estavam longe de ser a tônica (SCHWARTZ, 1983). Em Minas Gerais não foi diferente. Desde a mineração, a despeito das diferentes estruturas econômicas, estudos apontam para a hegemonia de pequenas propriedades (LUNA, 2009, p. 264), característica que se manteve durante o oitocentos (MALAQUIAS, 2017; LIBBY, 2008; KLEIN & PAIVA, 1997). Mas, se o escravizado era um bem “democrático” (LIBBY, 1988, p.124) e estava acessível a uma grande variedade de domicílios, pergunta-se: qual o perfil dos cativos que se encontravam nas escravarias dos senhores oriundos da escravidão na Serra da Mantiqueira?

Nas escravarias dos proprietários de antepassado cativo, escravizados africanos representaram 37,5% da população mancípia total, com 71,7% de homens e 28,3% de mulheres. Dentre os nacionais (crioulos, pardos e mestiços), que juntos responderam a 62,5% dos cativos analisados, homens somaram 60% e mulheres 40%. Também nestas propriedades, cativos jovens e adultos, isto é, com idades variáveis entre 15 e 44 anos, constituíram a maioria (56,7%), principalmente entre os africanos (74,4%). Crianças africanas perfizeram apenas 11,5% dos infantes contabilizados. Entre os nacionais, rebentos de zero a 14 anos alcançaram proporções mais elevadas (88,5%), e em termos gerais, ultrapassaram o número de cativos jovens e adultos desse grupo (Gráfico 5).

Gráfico 5: Perfil dos escravizados que pertenciam aos proprietários egressos do cativeiro - Serra da Mantiqueira (1831)



Fonte: Listas nominativas de 1831, Serra da Mantiqueira.

Mas, se a superioridade de cativos homens jovens e adultos, mormente entre os africanos homens, sugere que esses proprietários tiveram acesso ao tráfico de escravizados,

o predomínio de crianças nacionais fornece subsídios para afirmar que a reprodução natural também foi um dos mecanismos utilizados para manutenção e/ou ampliação dessas escravarias. Inferimos, portanto, por meio dos dados apresentados, que tanto a reprodução natural quanto o tráfico de escravizados foram mecanismos complementares, e ambos contribuíram para reposição do contingente cativo na Serra da Mantiqueira.

Ainda assim, se tratando de pequenas propriedades, algumas considerações devem ser feitas. Tomando por base o fato de que os domicílios analisados contavam com a presença de um até seis mancípios, e que nem todos os cativos se relacionavam entre si, como explicar o elevado número de infantes nacionais encontrados? Ao analisar os pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, Carlos Malaquias destacou que muitos dos infantes nacionais poderiam não ter sido gerados nas escravarias por ele analisadas, ou seja, poderiam não ser fruto do relacionamento ou do envolvimento entre os cativos, mas, sim, o resultado de heranças e/ou dotes que haviam sido recebidos por esses proprietários (MALAQUIAS, 2010, p. 141). Tal hipótese aplicar-se-ia também para Serra da Mantiqueira, mas como não dispomos de fontes suficientes para comprovar tal assertiva, permanecemos no campo das especulações.

Por fim, a presença de mancípios idosos (10,7%), além de ser um dos indicadores do desenvolvimento da economia local, acentua as características de uma população cativa com baixas taxas de fecundidade e/ou altas taxas de imigração. De acordo com Jonis Freire, o maior número de idosos africanos evidência que anteriormente já havia predileção por escravizados oriundos da África, os quais, apesar das agruras do cativeiro, conseguiram alcançar idades mais avançadas (FREIRE, 2009, p.131).

Em suma, o predomínio de cativos em idade produtiva e do sexo masculino assinala a preferência por escravizados imediatamente produtivos, demonstrando que a racionalidade desses proprietários parece ter sido a do máximo aproveitamento dessa mão de obra. Não obstante as preferências pessoais de cada indivíduo, o elevado percentual de africanos jovens e adultos pode estar relacionado à etapa e/ou momento da vida desses senhores. De acordo com Herbert Gutman, a idade dos proprietários repercutir-se-ia diretamente na composição de suas escravarias, visto que os chefes mais jovens, ainda no começo de suas vidas, recorressem com mais frequência ao mercado de cativos para a montagem de suas propriedades e/ou constituição de seus patrimônios (GUTMAN, 1976).

Outrossim, de acordo com Laird Bergad, a reanimação do comércio escravagista em pequena escala entre os anos de 1830 e 1831, gerou um significativo aumento do número de africanos no país. Dessa forma, apesar de considerar a reprodução natural como a principal

via de reposição da mão de obra cativa em Minas Gerais, o autor destacou que no período supracitado o tráfico internacional em muito contribuiu para entrada africanos (BERGAD, 2004, p. 201). A importação de cativos oriundos da África neste período foi comprovada também por João Fragoso que, ao analisar o tráfico de escravizados no século XIX, constatou que entre os anos de 1822 e 1833, Minas Gerais absorveu 48,4% dos mancipios despachados do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1992, p. 146-147).

Neste contexto, a Comarca do Rio das Mortes, uma das áreas mais dinâmicas de Minas Gerais, provavelmente absorveu parte desta mão de obra, promovendo a disseminação da propriedade escrava entre os mais diversos estratos sociais. O tráfico interno, na primeira metade do século XIX, exercia papel estrutural.

Fragmentos da trajetória do pardo Brás Antônio Lopes

O tema da mobilidade social na historiografia brasileira é, relativamente, recente (RUSSEL-WOOD, 2005, p.320; LUNA; KLEIN, 2010, p. 199-200). Abundam, porém, exemplos de egressos do cativo bem sucedidos, de homens e mulheres que se tornaram senhores de terras, de escravizados, e que alcançaram significativo prestígio social nas sociedades nas quais viveram (GUIMARÃES; BÔSCARO, 2018; GUIMARÃES, 2006; 2009; GUEDES, 2008). O Brasil de antanho era, sem dúvida alguma, uma sociedade baseada nas representações. Um espaços no qual a construção social estabelecida fomentava maiores oportunidades de mobilidade. Nem todos granjeassem uma trajetória de sucesso e distinção, é claro. Ainda assim, a mobilidade econômica e social pôde ser vivenciada por alguns filhos da escravidão, a confirmação de que os egressos do cativo constituíram parte da sociedade escravista de outrora e reproduziram as estruturas daquela sociedade.

Ser gente de antepassado cativo e tornar-se bem-sucedido nesta sociedade significava também o manejo de uma série de estratégias para defesa da terra, do núcleo familiar, da produção e da reprodução ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2016). A fim de contrastar os diferentes caminhos de êxito, aqui trataremos da história do pardo Brás Antônio Lopes, sujeito até certo ponto comum, mas que a par de suas trivialidades, representa uma das possibilidades de ascensão.

Casado com Francisca Pereira da Silva, Brás Antônio Lopes iniciou sua vida na pequena localidade de Santana do Garambéu, sociedade marcada pela presença majoritária de homens e mulheres pardos, africanos, crioulos e mestiços (BÔSCARO, 2018, p. 64). Lavrador de 60 anos de idade, em 1831 Brás vivia na companhia da esposa e de mais cinco filhos: Úrsula Antônia da Silva, Emerenciana Pereira, Ana Joaquina, Maria Romana e

Silvério Antônio Lopes. Assim como Francisca e a maior parte das mulheres que viviam na comunidade, as filhas de Brás ocupavam-se com atividades de artesanato em tecido e vestuário, sendo descritas pela lista nominativa como fiadeiras. O pardo Silvério, por sua vez, único filho homem presente no domicílio, exercia a função de boiadeiro¹³.

Além dos filhos mencionados no censo, o inventário de Francisca permitiu-nos constatar a existência de outros cinco. Rosa, casada com Jacinto da Costa Coutinho; Florenciana, casada com Fidelix da Costa; Manoel Brás, já falecido; e as pardas Maria e Prudência¹⁴. Muito provavelmente, a constar pela ausência dos nomes, estes indivíduos já possuíam famílias e domicílios próprios quando o documento em questão foi elaborado, justificando assim a omissão dos mesmos. Este parece ter sido o caso de Manoel Brás que, apesar de ter falecido antes da execução do inventário da mãe (1847), vivia no mesmo quarteirão em que estava situada a propriedade dos pais no ano de 1831.

Dos filhos mencionados, três haviam nascido ainda na primeira década de 1800. Silvério Antônio Lopes, por exemplo, foi batizado na capela de Santana do Garambéu no ano de 1805, com apenas um ano de idade. Nesta cerimônia, o casal Joaquim Gurgel do Amaral e Genoveva Antônia de Moura tornaram-se padrinhos de Silvério, e afirmaram-se como compadres de Brás e Francisca, que por meio dos laços de compadrio teciam relações de amizade e solidariedade com indivíduos brancos que viviam na comunidade¹⁵. Não conseguimos ter acesso aos registros de batismo de todos os filhos de Brás, mas, com base nos documentos analisados, a de se supor que os compadres selecionados equiparavam-se no que tange a um ponto bastante específico: a condição de livres que possuíam, sem qualquer alusão ao cativo, uma conduta típica de libertos já bastante estudados pela historiografia (MACHADO, 2006; FREIRE, 2011; FLORENTINO; GOES, 1997).

Diferente da maior parte dos chefes que não possuíam cativos (Gráfico 3), em 1831 Brás era senhor de um escravizado africano de 24 anos de idade. Certamente, o esforço da família foi suficiente para que pudessem adquirir, através do tráfico, um escravizado ainda jovem e em boas condições de trabalho. Ao que tudo indica, o roceiro e a fiadeira Francisca conseguiram fazer progredir seus negócios e, 16 anos depois, quando o inventário de morte de Francisca foi aberto, a propriedade contava já com um plantel de cinco escravizados. O

¹³ Lista nominativa de Santana do Garambéu, 1831.

¹⁴ Para não sobrecarregar o texto com referências extensas, citaremos no corpo do texto (AHMPAS, 146,08) que significa Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Francisca Pereira da Silva, caixa 146, ordem 08, 1847.

¹⁵ Registros de batismo coletados na Cúria Metropolitana de Juiz de Fora (AHCJF) e no Arquivo da Arquidiocese de Mariana (AECM).

primeiro africano antes adquirido foi citado com 42 anos, junto a outro casal de africanos de 22 e 20 anos, além de dois crioulos de sete e 16 anos. O crioulo de sete anos provavelmente era filho do casal. Por não mencionado na partilha dos bens, supomos fora mantido na companhia dos pais. Entre os bens da família, havia também um sítio, uma casa de telha ordinária, possivelmente o local em que Brás vivia com a esposa e os filhos, cinco bois de carro, quatro vacas e quatro novinhos, que deveriam ser utilizados para o atendimento da subsistência familiar, e alguns poucos instrumentos de trabalho e utensílios de cozinha (AHMPAS, 146,08).

A lavoura de alimentos associada à criação remete-nos à busca de uma autossuficiência. Para que a recorrência ao mercado e qualquer gasto monetário ou troca ficasse reduzida ao mínimo necessário, produzia-se de tudo um pouco, comportamento típico dos pequenos proprietários rurais (OLIVEIRA, 2016). A extrema rusticidade da cultura material encontrada, com poucos instrumentos agrícolas, mobiliário e utensílios toscos, denotam a supressão de qualquer item que pudesse não ter sido produzido internamente, seguindo um padrão de existência material reduzido ao mínimo possível (OLIVEIRA, 2016). Essa situação era compensada, no entanto, pela concentração dos únicos investimentos na obtenção da mão de obra escrava, representando ela a real possibilidade de sucesso da empreitada.

A trajetória do roceiro Brás representa a possibilidade de êxito e de ascensão social em uma sociedade escravista e excludente, que condenava milhares de outros sujeitos egressos do cativeiro a condições de pobreza, miséria e, muitas vezes, de dependência. Desconhecemos sua origem e condições de acesso à liberdade. Quaisquer informações destas ajudariam a explicar como um indivíduo egresso do cativeiro conseguiu superar as enormes barreiras de uma sociedade escravista e moldada em valores conservadores. Investigar o comportamento de homens livres e pobres, filhos do cativeiro, entendendo-os dentro de suas vidas comunitárias, constitui tarefa complexa, seja pela lacuna das fontes produzidas por autoridades da época, ou mesmo pela ausência quase completa desses registros (OLIVEIRA, 2016; BÔSCARO, 2018).

Considerações finais

Nas áreas mais interioranas das Gerais, com fronteiras abertas e em constante amplitude de suas extensões, cativos, egressos da escravidão e seus descendentes constituíram suas moradas. Marcadas pelo isolamento, sem uma política administrativa eficaz e com terras livres em abundância, estas regiões tornaram-se propícias à inserção desses indivíduos

e também dos grandes proprietários de terra que para lá se dirigiram. Em busca de roças e lavras a minerar, homens e mulheres das mais diversas origens e condições sociais se fixaram e estabeleceram relações familiares, de amizade e dependência, reproduzindo por meio de suas “estratégias” e vivências, as estruturas da sociedade escravista de outrora.

Nestes ambientes, a despeito dos não proprietários, sujeitos de antepassado cativo se tornaram senhores de terras e de homens, gozando de certa mobilidade econômica e social. Na Serra da Mantiqueira, os que possuíam mão de obra cativa, diferenciavam-se, por si só, da imensa maioria. Dependentes do tráfico internacional e, conseqüentemente do comércio interno de escravizados, proprietários oriundos da escravidão adequaram seus investimentos para obtenção da mão de obra cativa, elemento *sine qua non* no difícil processo de mobilidade social e econômica.

A trajetória do pardo Brás é, até certo ponto, comum. Reflete realidades passadas, vivências cotidianas e ações individuais. Por meio dela, e dos aspectos sociodemográficos apresentados, buscamos compreender a sociedade de antanho, não como um todo, mas por meio da análise de uma história específica. Ao tratar com atenção a multiplicidade de suas experiências, nem sempre lineares e que por vezes apresentaram contradições e ambigüidades em suas dinâmicas internas, conseguimos nos aproximar um pouco mais daqueles que pelos sinuosos e intrincados caminhos do interior das gerais partiram em busca de melhores condições de vida¹⁶.

Sujeitos comuns. Histórias díspares. Alguns mais ativos e conhecidos que outros, mas que da mesma forma viram no acesso à terra no trabalho cativo uma possibilidade de expandir suas redes de contato, amizade, confiança e, claro, o lucro de suas atividades.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias digitalizadas:

Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=20218>

¹⁶ Para mais informações, ver: IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.*

Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Santa Rita do Ibitipoca. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=20216>

Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Ibertioga. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=20226>

Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Santana do Garambéu. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=11309>

Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de São Domingos da Bocaina. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?t=true&popline=listaNominativa&d=30502>

Banco de Dados de Batismo – Documentos da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora e do Arquivo da Arquidiocese de Mariana – Englobam o período de 1708 a 1898, organizado pela Professora Dr (a) Mônica Ribeiro de Oliveira e demais integrantes do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES).

Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi (AHMPAS). Inventário de Francisca Pereira da Silva, caixa 146, ordem 08, 1847.

Bibliografia:

ALMEIDA, Carla Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2001.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982.

BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006.

BERUTE, Gabriel Santos. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. In: Regina Célia Xavier Lima. (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, v. I, p. 207-228.

BÔSCARO, Ana Paula Dutra. *Uma serra de almas negras: escravidão e pequena propriedade*. I. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (sec. XIX). *História Social*, n. 19, p. 34, ago./dez. 2010.

COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Tráfico de escravos, mercados e fianças*. Dois bancos de dados (despachos de escravos, passaportes e licenças). Códices 390, 411, 419, 421, 424, 425, 1000 e 1002. Relatório de Pesquisa apresentado ao IPEA, 2001a.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In BOTELHO, Tarcísio. (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*: ANPUH-MG, 2001b.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992.

FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanhos das posses: possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). *Vária História: Belo Horizonte*, v27, n45, Jun, 2011.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2009.

GUEDES, Roberto Ferreira. *Egressos do Cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto Ferreira; BÔSCARO, Ana Paula Dutra. *O Rio de Janeiro e a reprodução da sociedade escravista: rotas e agentes no comércio interno de cativos entre a corte e São Paulo (1809-1833)*. (No prelo)

GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUIMARÃES, Elione. *Terra de preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*. Niterói: UFF, 2009.

GUIMARÃES, Elione; BÔSCARO, Ana Paula. Valentim Gomes Tolentino: a mobilidade econômica e social vivenciada por um pardo no século XIX (Zona da Mata Mineira, 1817-1855). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 122-145, set./dez. 2018.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books [Random House], 1976.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.*

KLEIN, Herbert S.; PAIVA, Clotilde. A. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 309-335, 1997.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos da População*. Campinas, v. 17, n.1/2, p. 17-46, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Sons, formas, comes e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718. In LUNA, COSTA & KLEIN. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MALAQUIAS, Carlos Oliveira. Os senhores de poucos escravos em Minas Gerais: escravarias e tráfico negreiro em São José do Rio das Mortes, 1795-1831. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jun., 2017.

MALAQUIAS, Carlos Oliveira. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio. A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2016.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII. p. 100-115, 2012.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Famílias: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1850)*. Bauru: EDUSC, 2005.

PASSOS, André Fernandes. *Rotas internas do comércio de escravos: Laguna, primeiras décadas do século XIX*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. E lá se vão para as minas: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII. *XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 2006.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial. FRAGOSO, João (Org.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RODRIGUES, André. Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita. A Família e os domicílios em sociedades escravistas. (São Paulo no século XIX). *Congresso sobre a História da População da América Latina*. Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Vol. 13, nº 1, jan-abr., 1983, pp.256-287.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

VALENCIA VILLA, Carlos; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo) v.35, e78, 2016 ISSN 1980-4369.

Recebido em: 16 de março de 2021

Aprovado em: 05 de outubro de 2021